



73

## PROVEDORIA DE JUSTIÇA

5) Mais esclareceu a CERTIEL que, nos termos do disposto no Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, com a entrada em exploração de uma instalação eléctrica cessa a sua intervenção, pelo que, se qualquer intervenção numa instalação em plena exploração não for objecto do correspondente pedido de certificado de exploração, não tem qualquer possibilidade de controlar essa situação, que, só em sede de responsabilidade civil e, eventualmente, penal, poderá ser sancionada.

Acrescentou ainda a CERTIEL que os técnicos que executem modificações em instalações eléctricas estão sujeitos às obrigações e responsabilidades decorrentes do Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 31/83, de 18 de Abril.

DL 31/83

No que se refere à regulamentação das condições de instalação e de segurança das instalações eléctricas, apurou ainda a Provedoria de Justiça que, através da Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de Setembro, foram aprovadas as regras técnicas a observar na instalações eléctricas de baixa tensão.

Nada altera

Muito embora esse diploma, que veio concretizar o disposto no art.º 2.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 226/2005, de 28 de Dezembro, não contemple, especificamente, as matérias relacionadas com a certificação de instalações eléctricas, segundo a informação que foi prestada à Provedoria de Justiça pelo Gabinete de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, está a ser ultimado, no âmbito do SIMPLEX 2006 (Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa), um projecto de diploma destinado a alterar o regime jurídico relativo ao licenciamento dessas instalações.

está a ser ultimado  
ATÉ HOJE NADA

Através desse novo diploma, segundo se prevê, será alterado o modelo de certificação e determinada a regulamentação, por portaria, das inspecções periódicas destinadas a garantir as necessárias condições de segurança.

Ponderados os elementos recolhidos com a instrução da sua queixa, entendeu a Provedoria de Justiça que não se justifica qualquer outra intervenção nos assuntos expostos por V.ª Ex.ª, motivo pelo qual foi determinado o arquivamento do processo [R-1511/06 (A2)].

Na verdade, conforme ficou demonstrado, quer a EDP, quer a CERTIEL, agiram como lhes seria exigido, no âmbito das competências de que dispõem em matéria de fiscalização e de certificação das instalações eléctricas, face à legislação ainda em vigor.

Por outro lado, no que se refere às preocupações manifestadas por V.ª Ex.ª quanto à necessidade de garantir a segurança das instalações eléctricas remodeladas, o projecto de diploma que se encontra em fase final de elaboração permitirá, segundo se prevê, assegurar a devida fiscalização de tais instalações através da obrigatoriedade de sujeição a acções de inspecção periódicas.

NADA FEITO  
ATÉ HOJE